

Demonstrações financeiras

Santa Ana Energética S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Santa Ana Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Ana Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Ana Energética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Santa Ana Energética S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.031	740
Contas a receber	4	663	2.758
Estoques		409	369
Impostos a recuperar		13	8
Despesas antecipadas		42	21
Outros		3	4
Total do ativo circulante		3.161	3.900
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	552	490
Imobilizado	6	27.223	27.974
Depósitos judiciais		10	-
Total do ativo não circulante		27.785	28.464
Total do ativo		30.946	32.364

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	7	139	1.598
Empréstimos e financiamentos	8	1.091	1.107
Impostos e contribuições a recolher		239	144
Dividendos a pagar	17	-	279
Provisão para risco hidrológico	10	4.824	5.500
Total do passivo circulante		6.293	8.628
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	-	1.084
Provisão para contingências	9	21	-
Total do passivo não circulante		21	1.084
Patrimônio líquido			
Capital social	11	21.000	21.000
Reservas de lucros	11	3.632	1.652
Total do patrimônio líquido		24.632	22.652
Total do passivo e do patrimônio líquido		30.946	32.364

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	12	7.736	7.015
Custo de geração de energia	13	(3.290)	(5.025)
Lucro bruto		4.446	1.990
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	13	(65)	(32)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	1.253	(1)
		1.188	(33)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		5.634	1.957
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	227	47
Despesas financeiras	15	(477)	(602)
		(250)	(555)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.384	1.402
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	(319)	(226)
		(319)	(226)
Lucro líquido do exercício		5.065	1.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	5.065	1.176
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>5.065</u>	<u>1.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		21.000	755	3.405	-	25.160
Declaração de dividendos do exercício	11.c	-	-	(3.405)	-	(3.405)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.176	1.176
Constituição de reserva legal	11.b	-	59	-	(59)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.c	-	-	-	(279)	(279)
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	838	(838)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		21.000	814	838	-	22.652
Declaração de dividendos do exercício	11.c	-	-	(838)	-	(838)
Declaração de dividendos intermediários	11.c	-	-	-	(2.247)	(2.247)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.065	5.065
Constituição de reserva legal	11.b	-	253	-	(253)	-
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	2.565	(2.565)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		21.000	1.067	2.565	-	24.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.065	1.176
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	6	894	1.408
Encargos financeiros, líquidos	8	145	252
Baixa de ativo imobilizado	6	22	-
Provisão para contingências	9	21	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		2.095	(833)
Estoques		(40)	(33)
Impostos a recuperar		(5)	14
Depósitos judiciais		(10)	-
Despesas antecipadas		(21)	44
Outros		1	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(1.459)	1.067
Impostos e contribuições		95	39
Provisão para risco hidrológico		(676)	1.938
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>6.127</u>	<u>5.071</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		(62)	(490)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(165)	(311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(227)</u>	<u>(801)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(1.102)	(1.096)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(143)	(239)
Dividendos pagos		(3.364)	(3.845)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(4.609)</u>	<u>(5.180)</u>
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>1.291</u>	<u>(910)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		740	1.650
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		2.031	740
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>1.291</u>	<u>(910)</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		152	109
Valores pagos de CS:		98	80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Ana Energética S.A. (“Santa Ana” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto: a) a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Santa Ana (“PCH”) localizada no Rio Engano, sub-bacia 84, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina; b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela PCH; c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH e d) a comercialização de crédito de carbono.

A totalidade do capital social da Sociedade foi adquirida pela Brookfield Americas Infrastructure (Brazil Power) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia por contrato de compra e venda de ações, datado de 11 de abril de 2012, cujo fechamento com a efetiva transferência das ações ocorreu em 30 de julho de 2012, regularizada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Autorizativa nº 3.597, de 17 de julho de 2012.

A Sociedade foi autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia para fins de exploração da PCH Santa Ana pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 13 de outubro de 2008 por meio da Resolução Autorizativa nº 1.563. A PCH Santa Ana possui capacidade geradora de 6.304 kW, com duas unidades geradoras.

Por meio do Despacho nº 1.111, de 26 de abril de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foram liberadas as Unidades Geradoras “UG1” e “UG2” para início da operação comercial em 27 de abril de 2010, na qual a energia produzida pelas unidades deverá ser disponibilizada ao sistema.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Data do contrato	
	Início	Vencimento
Geradora de energia	01/01/2010	31/12/2019
Partes relacionadas	01/01/2019	31/12/2019

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, o preço da energia contratada do contrato de venda de energia mencionado é reajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

A Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 3.132 (em 2018 era de R\$ 4.728). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

e) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Provisão--Continuação

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

2.4. Novos pronunciamentos contábeis

A norma abaixo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários	34	640
Aplicações financeiras	1.997	100
Total	<u>2.031</u>	<u>740</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	1.395	-
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	602	100
			<u>1.997</u>	<u>100</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de energia	449	438
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	214	813
Contas a receber – partes relacionadas	-	1.507
	<u>663</u>	<u>2.758</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo a vencer	663	1.472
Saldo vencido até 30 dias	-	409
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	877
Total	<u>663</u>	<u>2.758</u>

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2019	2018
Banco Santander S.A.	Fundos	CDI	<u>552</u>	490
			<u>552</u>	<u>490</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o montante não circulante de R\$ 552 (R\$ 490 em 31 de dezembro de 2018) se refere a depósitos em fundos CDI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Em serviço					Em curso		Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2017	279	7.479	24.708	2.785	989	314	1.104	37.658
Adições	-	-	-	-	-	10	301	311
Transferências	-	20	-	64	-	(7)	(77)	-
31 de dezembro de 2018	279	7.499	24.708	2.849	989	317	1.328	37.969
Adições	-	-	-	1	-	6	158	165
Baixas	-	-	-	-	-	(22)	-	(22)
Transferências	74	1.107	-	98	-	-	(1.279)	-
31 de dezembro de 2019	353	8.606	24.708	2.948	989	301	207	38.112
31 de dezembro de 2017	(57)	(2.010)	(5.569)	(692)	(259)	-	-	(8.587)
Adições de depreciação	(11)	(328)	(923)	(111)	(35)	-	-	(1.408)
31 de dezembro de 2018	(68)	(2.338)	(6.492)	(803)	(294)	-	-	(9.995)
Adições de depreciação	(6)	(342)	(455)	(77)	(14)	-	-	(894)
31 de dezembro de 2019	(74)	(2.680)	(6.947)	(880)	(308)	-	-	(10.889)
Total em 31 de dezembro de 2018	211	5.161	18.216	2.046	695	317	1.328	27.974
Total em 31 de dezembro de 2019	279	5.926	17.761	2.068	681	301	207	27.223

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

O controle da Sociedade foi adquirido em 11 de abril de 2012 pela Brookfield Americas Infrastructure Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Devido a esta mudança de controle, a vida útil dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição foi reavaliada e ajustada.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2019 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	132	124
Contas a pagar – partes relacionadas	7	1.474
Total	139	<u>1.598</u>

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BRDE	PSI + 5,50 % a.a.	47	-	63	47
BRDE	TJLP (*) + 3,0 % a.a.	1.044	-	1.044	1.037
Total		1.091	-	1.107	1.084

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2019	2018
Saldo inicial	2.191	3.274
Juros provisionados	140	234
Juros incorporados ao principal (*)	5	18
Amortização – principal	(1.102)	(1.096)
Pagamento – juros	(143)	(239)
Saldo final	1.091	2.191

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento final a data de 15 de dezembro de 2020.

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Os recursos, oriundos do financiamento junto Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram utilizados na realização do projeto de construção de uma Pequena Central Hidrelétrica, no município de Angelina, Estado de Santa Catarina.

O financiamento total aprovado foi no montante de R\$ 16.810, sendo este liberado parcialmente mediante comprovação antecipada do pagamento dos sinais dos equipamentos ou do andamento das obras civis.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor total devido a título desse empréstimo (principal e encargos) monta em R\$ 1.091 (R\$ 2.191 em 31 de dezembro de 2018), tendo encargos de 3,0% ao ano acima da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e PSI + 5,50 % a.a., tendo como forma de pagamento 120 parcelas com vencimento inicial em 15 de novembro de 2010 e final em 15 de dezembro de 2020.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Administração:

	<u>Trabalhistas</u>
31 de dezembro de 2017	-
Adição	-
31 de dezembro de 2018	-
Adição	20
Atualização	1
31 de dezembro de 2019	21

Principais processos em andamento com probabilidade de perda provável

Ações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, existe uma contingência classificada pela Sociedade como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 21, referente a uma Reclamação Trabalhista.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ações cíveis	782	639
	782	639

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui uma contingência classificada como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 782 (R\$ 639 em 31 de dezembro de 2018), referente a uma ação de indenização.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para risco hidrológico

A composição do saldo de provisão para risco hidrológico é:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões MRE/CCEE (*)	<u>4.824</u>	5.500
Total	<u>4.824</u>	<u>5.500</u>

(*) Em 2018, o saldo se refere ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF e GFIS, e em 2019, se refere apenas aos impactos da liminar do GSF.

A Sociedade está contratada no ambiente de contratação livre (“ACL”), e não considerou vantajosa a metodologia proposta pelo Governo acerca da repactuação do risco hidrológico. Consequentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Adicionalmente, a Sociedade mantém as discussões com o Governo sobre novas medidas para a repactuação do risco hidrológico.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo a Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), a Sociedade entrou com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, a Sociedade efetuou o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, a Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliou, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 1.185.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 21.000, dividido em 12.928.502 (doze milhões, novecentas e vinte e oito mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos--Continuação

O valor de dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao exercício de 2019, perfaz R\$ 1.203.

Em 22 de outubro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019 no valor de R\$ 2.247 (R\$ 173,80 por lote de mil ações).

Em 22 de abril de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 838 (R\$ 64,82 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 05 de setembro de 2018, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 461 (R\$ 35,66 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 02 de maio de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 860 (R\$ 66,52 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 05 de março de 2018, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.584 (R\$ 122,52 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 03 de janeiro de 2018, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2016, no valor de R\$ 500 (R\$ 38,67 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	5.560	5.174
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	2.284	1.180
Resultado com MRE e CCEE (*)	230	927
	<u>8.074</u>	<u>7.281</u>
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(60)	(47)
COFINS	(278)	(219)
Receita operacional líquida	<u>7.736</u>	<u>7.015</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	1.473
Royalties ANEEL	123	111
	<u>123</u>	<u>1.584</u>
Custo com a operação		
Viagens	11	23
Serviços de terceiros	1.051	1.045
Seguros	44	49
Pessoal	8	22
Depreciação	894	1.408
Manutenção	76	112
MRE/CCEE (*)	955	649
Promoção e publicidade	43	43
Outros	85	90
	<u>3.167</u>	<u>3.441</u>
Total do custo de geração de energia	<u>3.290</u>	<u>5.025</u>
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	23	23
Serviços de terceiros	42	9
Total das despesas gerais e administrativas	<u>65</u>	<u>32</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u>3.355</u>	<u>5.057</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita por indenização	120	-
Baixa de provisão referente ao GFIS (Portaria 463) - Vide NE 10	1.104	-
Outros	29	(1)
Total	<u>1.253</u>	<u>(1)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	146	47
Reversão da atualização monetária do GFIS (Portaria 463) - Vide NE 10	81	-
Total	<u>227</u>	<u>47</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	145	252
Despesas com juros e descontos concedidos	330	348
Outros	2	2
Total	<u>477</u>	<u>602</u>

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Corrente		
Imposto de renda	205	143
Contribuição social	114	83
Total com despesas de impostos	319	226

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	8.074	8.074	7.281	7.281
Outros - Baixa liminar GFIS	1.104	1.104	-	-
Outros - Indenização lucros cessantes	45	45	-	-
	9.223	9.223	7.281	7.281
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	738	1.107	582	874
Receitas financeiras	146	146	47	47
Outras receitas tributáveis	10	10	-	-
Base de cálculo total	894	1.263	629	921
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	200	114	133	83
Outros	5	-	10	-
Total	205	114	143	83

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	1.072
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	-	435
		<u>-</u>	<u>1.507</u>
Passivo			
Contas a pagar			
Brasil Central Energia Ltda.	(b)	-	1.473
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	7	1
		<u>7</u>	<u>1.474</u>
Dividendos a pagar			
Brookfield Americas Infrastructure (Brasil Power) FIP Multiestratégia	(c)	-	279
		<u>-</u>	<u>279</u>
Resultado			
Venda de energia			
Brasil Central Energia Ltda.	(d)	1.473	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(d)	811	1.180
		<u>2.284</u>	<u>1.180</u>
Compras de energia			
Brasil Central Energia Ltda.	(e)	-	1.473
		<u>-</u>	<u>1.473</u>

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (e) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 33.385 (R\$ 35.568 em 31 de dezembro de 2018) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.031	2.031	-	740	740
Contas a receber	663	-	663	2.758	-	2.758
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	552	552	-	490	490
	663	2.583	3.246	2.758	1.230	3.988

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	139	1.598
Empréstimos e financiamentos	1.091	2.191
Dividendos a pagar	-	279
	1.230	4.068

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.031	740
Depósitos restituíveis e valores vinculados	552	490

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Santa Ana Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 25 de março de 2020.